



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Núcleos da Defensoria Pública

Núcleos de Atuação Especializada

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Coletividade

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.103241.2022**Tipo:** Encaminhamento/providências**Assunto:** Memorando 11/2022/NUDHC**ATA - DPE/DPE-NESP/DPE-NESP-NUDEDHCO****ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA****1. DADOS GERAIS**

Identificação da Audiência Pública	Audiência Pública convocada pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, através do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Coletividade - NUDHC, em conjunto a Ouvidoria e Ministério Público do Trabalho - MPT, para tratar sobre as políticas públicas necessárias para pessoas em situação de rua em Porto Velho.
Data e Horário	14.07.2022, com início às 14:58 horas.
Local	Auditório do Ministério Público do Trabalho - MPT

2. PARTICIPANTES

Eduardo Guimarães Borges	Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Coletividade - NUDHC
Valdirene de Oliveira	Ouvidora da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPERO
Miria do Nascimento de Souza	Juíza indicada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia
Ane Caroline Galvão Alves, Sofia Maria Barros Silva e Carla T. da Silva Lino	Representantes da Secretaria de Assistência Social e Família - SEMASF
Itamires Laiz Coimbra	Representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA
Gláucia do Nascimento Prado e Rayna Andressa Cardoso Dias	Representantes da Secretaria de Assistência Social - SEAS

Jarbas Bandeira e Patrícia Nienow	Coordenador do CAIS e gerente do GPES, ambos representando a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU
Geanglecio dos Anjos Silva	Advogado representante da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Carlos Alberto Lopes de Oliveira	Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho - MPT
Tenente Coronel Wilton Nascimento Amorim	Comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar representando da Polícia Militar
Thiago Roberto Miotto	Defensor representante da Defensoria Pública da União - DPU
Suzana R. Costa e Lucicleia Lima de Souza	Representantes da Secretaria da Educação - SEMED
Láisy de Lima Nunes	Representante da Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Abnael Carvalho	Assessor jurídico representante da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
Raoni Ferreira	Representante do Departamento de Atenção Básica
Jaqueline da Silva Vieira	Representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
Jair Melchior Bruxel	Representante do Cáritas Arquidiocesana
Alice Paula di Sabatino Guimarães	Moderadora FIOCRUZ e pesquisadora do projeto Comunidade de Práticas Atenção Primária à Saúde e População em Situação de Rua no Contexto da Covid-19 - COMPAPS
Najla Benevides Matos	Coordenadora da FIOCRUZ
Elisangela Aparecida Anjos	Representante da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA
Marcus Edson de Lima e Débora Machado	Corregedor Geral e Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher - NUDEM, ambos representantes da Defensoria Pública
Giovany Lima	Psicólogo da Secretaria de Assistência Social e Família - SEMASF
Maiara Ximenes e Felipe Miranda de Carvalho	Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rondônia
Hugo do Vale Paiva Cardoso e Emanuel Vitor Nascimento Araújo	Intérpretes de Libras

3. PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tratar sobre as políticas públicas necessárias para pessoas em situação de rua em Porto Velho.

4. DEBATES

Aberta a audiência, pelo Doutor Eduardo Guimarães Borges, coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Coletividade - NUDHC, verificou-se a presença de todos os convidados, por seus representantes. Registrou-se a ausência injustificada da palestrante Rosângela Cândido Nascimento Roseno, membro do Conselho Estadual de Assistência Social/CEAS-ES e Movimento Nacional da População em Situação/MNPR. Também registrou-se a ausência de representantes da Secretaria Municipal de Serviços Básicos - SEMUSB, da Casa Civil, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho - SEMDESTUR, Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo - SEMUR. A seguir, a mesa foi composta da seguinte maneira: Doutor Eduardo Guimarães Borges, Valdirene Oliveira, Miria do Nascimento de Souza, Carlos Alberto Lopes de Oliveira, Thiago Miotto, Álvaro Luiz Mendonça de Oliveira, Milton Nascimento Amorim e Geanglecio dos Anjos Silva. A seguir, foi feita a explanação inicial sobre como se desenvolveram os trabalhos, informando que, no primeiro momento, haveria a apresentação de 5 palestras acerca de alguns cenários, estudos e maiores informações sobre o tema debatido. Em um segundo momento, se daria o direito de manifestação por parte dos presentes. Por fim, haveria o debate da mesa e intervenções por parte dos órgãos e entidades presentes.

Dada a palavra à Laísy de Lima Nunes, palestrante acerca dos dados do Censo de Rua 2021, iniciou informando que a intenção da exposição era trazer os principais dados do censo e os desdobramentos identificados a partir disso. O censo foi realizado no segundo semestre de 2021, em uma parceria entre a SEMASF e a Unir, juntamente com outros órgãos, como o consultório de rua, estando todos os dados disponíveis no site da SEMASF. Sobre o censo, a palestrante relatou que alguns dos dados apresentados poderiam já ter sofrido algumas mudanças, mas que eles funcionam como base para o debate sobre políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua. O censo contou com a participação de 427 pessoas, mas destacou que o projeto deveria envolver em torno de 442 pessoas, porém nem todas aceitaram responder ao questionário, sendo dividido em quatro eixos, quais sejam: I) informações gerais; II) acesso à instituições, serviços e outros direitos; III) saúde; e VI) vivências relatadas pela população em situação de rua. Entre os participantes que aceitaram responder ao questionário, 92% se encontram numa idade considerada economicamente ativa, sendo a maioria entre 42 anos, sendo as idades das mulheres inferiores à idade do grupo em geral. Com relação ao gênero, destacou que 83% das pessoas são homens, mas que no contexto geral do relatório seria possível encontrar caracterização específica do grupo de mulheres. No quesito nacionalidade, constatou-se que 88% são brasileiros e do estado de Rondônia e 7%, aproximadamente, são venezuelanos. Dentre os principais motivos, relatados pelos entrevistados, que levaram a estar em situação de rua, destacou a falta de emprego, existência de conflitos familiares e uso de psicoativos. Após essa identificação inicial, a palestrante abordou questões relacionadas às dificuldades advindas da falta de documentos pessoais, os quais, em muitos casos, são furtados, degradados, dentre outros, dificultando o acesso à serviços públicos, pois sempre cobram a apresentação de RG/CPF, dentre outros. Ainda, destacou que 40% dos que responderam ao questionário relataram não possuir RG e/ou CPF. No quesito da saúde, relatou ter observado prevalência de questões referentes às doenças crônicas, como hipertensão e tuberculose. Com relação aos relatos das vivências cotidianas, identificou que 60% das pessoas conseguem ter, no máximo, 2 refeições regulares por dia, sendo que, à época da realização do questionário, a SEMASF estava executando programa de saúde alimentar na paróquia católica Santa Luzia. Por conseguinte, relatou que as principais dificuldades apresentadas estão relacionadas à falta de moradia e a baixa disponibilidade de vagas e espaços em abrigos; o desemprego; a fome; e a falta de higiene básica. Nesse ponto, destacou que a pesquisa foi feita na época da pandemia e que isso impactou muito

no quesito da dificuldade de poder fazer higiene básica. Ao fim da apresentação, relatou que, no geral, apesar de existir serviços e políticas, existe, também, violação de direitos, de modo que, ao falar desses dados, é preciso destacar que eles foram agravados pela pandemia, então o relatório veio como ferramenta para pensar em atualizações nas ferramentas que já existem.

Dada à palavra ao Giovanni Lima, iniciou destacando que o senso foi iniciativa da SEMASF, pois este órgão atende a muito tempo a população de rua, tendo visto a necessidade de conhecer melhor as pessoas em situação de rua, para melhor prestar atendimento, tendo em vista que o último censo havia sido realizado em 2016. Assim, o censo foi realizado em agosto e setembro, servindo como indicativa de onde as políticas devem atuar. Destacou que a SEMASF pode melhorar seu serviço e, visando isso, inaugurou recentemente o Centro Pop. Relatou que, anteriormente a isso, eram feitas articulações com a igreja católica e a igreja quadrangular para disponibilização de locais para acolhimento e prestação de serviços básicos. Após 13 chamamentos públicos, o órgão conseguiu alugar local para alocar todos os serviços prestados pela SEMASF, como abordagem na rua, unidade de acolhimento, dentre outros. Assim, com o Centro de Referência, pode melhorar outras políticas, como o consultório na rua, o pop rua (onde já foi realizada ação social juntamente com o CNJ, na qual as pessoas puderam ter acesso às informações acerca de documentos, INSS, dentre outros). Informou que, em agosto, será realizada ação para emissão de RG e carteira de trabalho, visto que a falta de documentos é um gargalo para evolução nas políticas junto a essas pessoas. O palestrante relatou que o senso possibilitou apontar onde deveriam ser focados os esforços para atendimento dessas pessoas, observando que, no caso dessas pessoas, é sempre mais viável quando os órgãos públicos vão até a elas. Assim, apontou que precisa existir a atuação de outros órgãos, que, inclusive, não se encontravam na audiência. Por conseguinte, destacou que a SEMASF se orgulha em dizer que, com o aparato que eles possuem, conseguem minimamente atender a população em situação de rua, podendo demonstrar o trabalho realizado. Com relação à questão da violência, observou que a maior violência que ocorre é a violência institucional, que se dá, principalmente, através da realização de ações puramente punitivistas, visto que não vão resolver a situação. Retirar a população de onde eles estão, através de uma política de “limpeza urbana” não vai dificultar a presença deles na rua, mas sim a existência dessas pessoas. Ainda, constatou que o acolhimento não é moradia, de modo que precisam ser discutidas questões relativas à disponibilização de moradia, repúblicas, dentre outros. Não havendo a disponibilização de moradia, precisam, então, serem discutidas ações afirmativas que possam ser resolutivas dessa problemática. O palestrante terminou sua fala destacando que a situação é complexa e exige, por conseguinte, ações complexas.

Dada a palavra ao Raoni Ferreira, este passou a fazer a apresentação de diagnóstico sobre atendimentos do consultório de rua desde a sua criação. Inicialmente, agradeceu o convite, saudou a população, as equipes da Cáritas, que trouxeram as pessoas, e espera que esteja mais organizado junto ao movimento nacional. Em seguida, passou a relatar acerca do funcionamento da equipe do consultório de rua, informando que esse programa existe desde 2014. Em um primeiro momento, estavam vinculados ao Oswaldo Pina, mas, atualmente, encontram-se no Maurício Bustani, próximo à rodoviária, que é considerado um eixo de aglomeração significativa da população de rua. Relatou que o consultório de rua trabalha como equipe volante, atendendo na rua, mas também funciona como XXX (pegar essa informação). Atualmente, o programa conta com assistente social, dentista, técnico de enfermagem, motorista sem vinculo, e com a Valéria, que faz parte de programa de residência e família da UNIR. O consultório é uma ferramenta que pretende melhorar o acesso ao SUS, trabalhando em torno de vinculação com essas pessoas e, também, pautando as políticas públicas. Hoje em dia possuem uma equipe na atenção básica, para entender a pessoa como um sujeito que necessita diversas frentes. Destacou que precisa haver equilíbrio entre o atendimento na rua e nos abrigos, os quais eles também visitam. Ainda, relatou que o programa também é pautado na luta manicomial e psiquiátrica, que luta contra a internação forçada, pois acreditam que o melhor é achar um lugar para essas pessoas dentro da sociedade, como ferramenta de direito. Por conseguinte, mencionou que sempre oferecem cardápio de serviços, seja na rua/abrigo/unidade de

saúde, tendo auxiliado na realização do censo, principalmente para recolhimento das respostas do questionário. Destacou, inclusive, uma grande adesão pela vacina de covid. No que se refere ao panorama de desejos futuros, relatou haver discussão para ampliação da equipe para 10 pessoas, pois essa média seria melhor para ampliação dos atendimentos realizados, podendo desmembrar o atendimento em dois turnos; melhorar a assistência administrativa; produção e cadastramento está defasada; melhoria na disposição e plotagem de veículos; melhoria nos dispositivos fornecidos, bem como em armários; melhoria na contracepção definitiva e vacinas; melhoria no tratamento de tuberculose, visando que alunos da unir colaborem com a entrega de medicamentos. Por fim, apontou haver uma falta de diálogo com as equipes de saúde, necessitando que haja um descastelamento entre as organizações, de forma que fossem realizadas mais atividades conjuntas. Ainda, destacou que os dispositivos de saúde estão de costas para a rua e para a questão da melhoria nos atendimentos na Unidade Básica de Saúde - UBS, uma vez que há uma exclusão destes nos atendimentos.

Dada a palavra a Alice Paula di Sabatino Guimaraes, que inicialmente agradeceu o convite e relatou estar contente por estar representando a Fiocruz, passou a palestrar acerca do projeto Comunidade de Práticas Atenção Primária à Saúde e População em Situação de Rua no Contexto da Covid-19 - COMPAPS. Relatou que esse projeto foi pioneiro na Fiocruz, contando com apoio político para seu desenvolvimento. A Fiocruz se propôs a realizar o projeto em escala nacional, mas destacou que a palestra seria focada no Estado de Rondônia. A ideia do projeto era formar rede e estabelecer práticas mais resolutivas para população em situação de rua, tendo sido iniciado no meio da pandemia, de modo que os pesquisadores puderam observar grande aumento da população em situação de rua pela perda de emprego. Após essa introdução inicial, passou a explicar acerca da comunidade de prática, que se caracteriza pela junção de pessoas que compartilham de domínio, através de práticas objetivas de relatos dessas experiências. O caminho seguido pelo projeto foi montar uma comunidade voltada para formar essas COMPAPS voltadas para a população em situação de rua, de modo que, em cada Estado haveria um moderador. Após isso, passaram a ser realizados eventos online, visando a preservação da saúde dos participantes. Em seguida, as ideias apresentadas nesses eventos foram alimentadas na Plataforma Ideia SUS, que consiste em um banco de práticas e resoluções de saúde. A palestrante destacou, ainda, que o COMPAPS também possui o objetivo de desenvolver consultório online, para que a experiência estadual, de cada uma das localidades integrantes do projeto, possa ser compartilhada e, a depender do que foi apresentado, ser divulgada em âmbito nacional. Assim, foi realizado trabalho integrado com diversas organizações, como centro pop, consultório de rua, dentre outras. Nos encontros realizados, foi desenvolvida metodologia voltada para a priorização de um problema estadual existente no cenário das pessoas em situação de rua e uma solução efetiva para esse problema. Apontou que essa metodologia ocorreu de maneira simultânea em todo o país, sendo o volume de trabalho e ideias consolidado por meio da coordenação. Atualmente, os trabalhos e ideias consolidadas estão sendo refinados na plataforma do Idea SUS. Destacou, também, que o projeto possui coordenação nacional e representação de todos os estados, tendo apresentado os mediadores de cada Estado, de maneira geral. Com relação ao estado de Rondônia, relatou que havia grandes objetivos, como encontrar boas experiências que pudessem ser compartilhadas em âmbito nacional. Uma das estratégias escolhidas foi a realização do Censo Rua 2021, apresentado anteriormente pela doutora Laisy. A palestrante explicou que essa ideia foi escolhida, tendo em vista sua importância, pois políticas públicas somente podem ser realizadas se houver conhecimento da população com que está se lidando. Assim, essa prática é bastante proveitosa, porque conseguiu reunir diversos órgãos na atuação de um mesmo projeto, além de ter como objetivo a identificação de problemas relatados pelas próprias pessoas que enfrentam estes. Por conseguinte, tendo esse projeto como base, os pesquisadores da Fiocruz trabalharam com algumas metodologias, como a priorização de um problema, tendo chegado à ideia de traçar políticas interinstitucionais. O grande desafio era, justamente, saber como desenvolver as políticas entre os diversos órgãos públicos e apresentar uma solução viável e materializada. Assim, com esses objetivos bem delineados, os mediadores estão estruturando ideias e medidas para a construção do fórum territorial como estudo de caso e soluções de problemas. A aplicação

desse fórum vem como ferramenta para estudo de caso concreto, através de coordenação multissetorial (com a participação de entidades civis, órgãos e projetos públicos e universidade), para discussão e solução dos problemas, de onde serão observadas lições para atuar nas soluções imediatas. Assim, finalizou a apresentação apontando que o objetivo do fórum é mapear boas práticas relativas aos problemas e soluções apresentados.

Dada a palavra ao Marcus Edson, este iniciou sua palestra cumprimentando todos os presentes, os componentes da mesa e parabenizando o defensor Eduardo Guimarães Borges pela organização da presente Audiência Pública. Em seguida, passou a explicar que iria apresentar discussão técnica acerca da Resolução nº 425, do CNJ, mas que, ouvindo as outras palestras, considerou que quem está em situação de rua tem urgência, de modo que as discussões técnicas em nada teriam a acrescentar naquele momento. Ainda, pontuou que sua participação na Audiência também era uma representação do Defensor Público Geral e da Defensoria como um todo, apresentando apoio na resolução dos problemas apontados pelas pessoas em situação de rua. Assim, relatou que, dentre os dados apontados como causadores da situação de rua, encontra-se a ausência de maior atuação do poder público. Diante disso, considerou que não há mais espaço para negar a autocrítica, fazendo necessário que sejam delineadas as fraquezas dos órgãos públicos, pois a ausência de poder público é uma das principais causas de diversas outras faltas para essa população. Por conseguinte, considerou necessário reconhecer, em primeiro plano, a falta de apoio, orçamento e união entre os órgãos, faltando um fortalecimento entre as instituições. Propôs, como ideia para solucionar a falta de uma rede interligando os órgãos públicos, a criação do comitê previsto no artigo 36, destacando que a Defensoria estará disponível para que essa implementação ocorra de maneira rápida. O palestrante ainda relatou que, com o advento da pandemia do Covid-19, houve significativo aumento do número de pessoas em situação de rua, sendo que esta situação não é uma opção, de modo que, muitos dos que se encontram nela, desejam sair o quanto antes. Desse modo, as instituições públicas devem possibilitar a essas pessoas a chance de terem, novamente, uma vida digna. Por fim, colocou a Defensoria como instituição disponível para discussões e fortalecimento na implementação das soluções previstas na resolução 425, do CNJ.

Dada a palavra à Débora Machado, esta iniciou fazendo sua autodescrição. Em seguida, passou a tratar acerca do recorte de gênero na população em situação de rua, considerando que sua função era trazer um ponto teórico aos dados apresentados nas palestras anteriores. Apontou que a população feminina em situação de rua possui uma maior vulnerabilidade do que a população de rua no geral, sendo necessário fazer o recorte interseccional, incluindo mulheres reconhecidas através do recorte social, por autodeclaração, dentre outros. Mencionou que a violência vivenciada pelas mulheres, nessa situação, traz como pano de fundo as ideologias machistas (sistema estrutural, em que há objetificação das mulheres). Assim, considerou que a Audiência Pública, como toda política pública, visa direcionar nossas ações para determinado objetivo, de modo que é preciso colher maiores informações sobre como essas mulheres estão sendo tratadas e recebidas nas ruas, nos centros de acolhimentos, nos hospitais, dentre outros. Reforçou que não é possível fazer política pública sem observar as diferenças que devem ser vistas na implementação destas na realidade, visto que diversas mulheres com condições sociais privilegiadas já se encontram em casos de violência, o que demonstra que as mulheres em situação de rua encontram-se em uma situação ainda mais delicada. Com isso, é preciso que haja uma diferença entre as políticas previstas para os homens e mulheres, inclusive entre os grupos mais vulnerabilizados dentre o grupo de mulheres, como as mulheres trans, com deficiência, indígenas, lésbicas, quilombolas. A palestrante apontou que esse recorte deve trazer essa diferenciação, pois as mulheres, de fato, são vulnerabilizadas e ainda mais em situação de rua. Destacou o aspecto materno, inclusive, como o caso de mulheres que estão em situação de rua e são mães solas. Encerrou sua palestra apontando a necessidade de um olhar atencioso e escuta ativa, para que possa ser realizada justiça de maneira efetiva, visando a proposição de uma justiça social para essas mulheres de forma definitiva.

Após as palestras, foi apresentado vídeo do senhor Vanilson Torres, integrante do movimento nacional da população de rua. Nesse vídeo, o senhor Vanilson destacou a

importância da organização das pessoas em situação de rua, para que elas possam estar lutando por seus direitos. Relatou que o movimento é composto por pessoas que já se encontraram em situação de rua e outras que ainda se encontram nesse local. Apontou que já esteve em situação de rua, não mais se encontrando nessa posição, e que faz parte do movimento desde 2012. Por conseguinte, declarou considerar importante essa organização e suporte, pelos coletivos, para que sejam realizadas discussões e efetivação das políticas voltadas para essas pessoas. Assim, convidou as pessoas a conhecerem, também, a luta enfrentada pelo movimento. Destacou a existência de legislações voltadas para a população em situação de rua. No que tange aos motivos para as pessoas irem para a rua, apontou que isso ocorre por vários motivos, como depressão, falta de empregabilidade, situações de violência, incluindo a pandemia, de modo que é importante perceber que quem está nas ruas é a classe trabalhista. Ainda, pontuou que a assistência social também sofreu defasagens, o que diminuiu as políticas para as pessoas em situação de rua. Ainda, considerou que faltam políticas estruturantes, como moradia social, bolsa aluguel, dentre outros. Disse que, ainda que haja centro pop, albergues de acolhimento, ainda há falta grande de políticas estruturantes, como a criação de uma política municipal para pessoas em situação de rua, para que seja melhor criado ferramentas para observação dos seus direitos. Ainda, faz-se necessário a realização de seminário juntamente ao pop rua de Porto Velho. Por fim, convidou para participar do 5 congresso de população de rua, que ocorrerá em Maceió no mês de setembro de 2022.

Em seguida, passou-se a parte das intervenções pelos participantes da Audiência Pública.

A primeira pessoa a fazer intervenção foi Maiara Ximenes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rondônia, e presidente da Comissão dos Direitos Sociais da Seccional Rondônia. Apontou que todas as instituições falharam, pois as pessoas em situação de rua encontram-se em um cenário cada vez mais precário. Propôs a criação de um comitê/rede em que haja a intervenção de todos os envolvidos, relatando que essa ideia tem como base outras boas práticas, como a parceria com empresas privadas, voltada para profissionalização de pessoas (através de cursos), criação de dormitórios e moradias. Apontou a falta de relato de ex moradores, para que possamos entender melhor como eles se sentem. Trouxe o exemplo da Rede lilás como ideia de rede que poderia ser copiada e trazida para realidade das pessoas em situação de rua. Ainda, considerou que não basta apontar a culpa do estado, mas lembrar que o estado somos todos nós, ou seja, as ações também devem partir de nós e não apenas das organizações distantes da sociedade. Também apontou a necessidade de ir atrás dos poderes que faltaram, na tentativa de demonstrar a importância do evento e da necessidade de participação destes.

A segunda pessoa a se manifestar foi o senhor Sirlei, morador do setor chacareiro e representante de mais de 2 mil famílias. Relatou que toda terça-feira eles fazem marmita para entregar para pessoas em situação de rua, pois observaram a dificuldade dessas pessoas em se alimentarem de maneira digna. Apontou que estiveram com as pessoas que ficam perto da rodoviária, levando essa pequena contribuição, onde foi possível observar a falta do poder público junto a essas pessoas, destacando que muito disso decorre da falta de poder de voto dessas pessoas, o que dificulta a existência de emendas parlamentares voltadas para elas. Destacou a necessidade de verificar, na prática, o que acontece nesses albergues, o porquê de as pessoas que estão na rua não desejarem ir para o albergue, principalmente as mulheres. Chamou os órgãos para se aproximarem mais dessas pessoas, ouvi-las, para que pudessem entender melhor os problemas e tirar as soluções do papel. Apontou, ainda, que essas pessoas não desejam só alimento, mas também que haja atenção, aconchego, pois eles se encontram em situação de total vulnerabilidade e invisibilidade, inclusive perante as suas famílias.

A terceira pessoa a se manifestar foi o senhor Reginaldo. Iniciou pedindo para que, na próxima vez, a audiência ocorra um dia inteiro. Trouxe uma denúncia referente à casa de acolhimento. Relatou ser deficiente de baixa visão e pessoa em situação de rua e que esteve no centro pop, que o encaminhou para o cais, que o encaminhou para casa de acolhimento.

Nesse cenário da casa de acolhimento, apontou que eles trabalham com política de tolerância zero, sendo que eles lidam com diversas pessoas que possuem vícios, sabendo que esses vícios não serão corrigidos de uma hora para outra. Assim, relatou que, um dia, acabou tomando álcool e foi expulso do abrigo, considerando, diante dessa situação, que há necessidade de se rever o modo de abordagem no abrigo. Relatou ter quase 50 homens dentro do abrigo, mas que ninguém consegue consertar o chuveiro e se houver qualquer dano, a pessoa é desligada do abrigo. Destacou que, pedir abrigo, já é um avanço da pessoa. Sobre a questão do banheiro público de madrugada, apontou que se deixarem o banheiro sem funcionário 24 horas, esse lugar irá virar ponto de uso de psicoativos, casa, dentre outros. Ainda, abordou a questão das mulheres que são mães e se encontram em bancos e mercados, apontando que é preciso haver maior fiscalização, porque as crianças não recebem educação de verdade, mas sim educação de pedir, de modo que essas crianças acabam criando um vício pelas ruas. Acerca do roubo de fio de cobre, pontuou que isso está relacionado a qualquer pessoa. Uma pessoa que rouba, na realidade, é ladrão e não em situação de rua. Estar em situação de rua não faz ninguém ladrão. Por fim, sobre as casas de acolhimento, relatou que respeita a casa de acolhimento, mas discorda com o processo de acolher e depois jogar de novo na rua, sem dar nenhuma chance para essa pessoa.

Diante desse relato, o defensor Eduardo Guimarães Borges comprometeu-se a enviar um ofício ao abrigo para questionar se houve uma postura razoável do abrigo quanto ao desligamento, minutar pedido de informações para o Frei Damião.

A quarta pessoa a se manifestar foi o palestrante Raoni. Destacou a importância da fala do Reginaldo, pois é importante perceber se há o mínimo de dignidade nessas casas de acolhimento. Ainda, questionou se nós nos adaptaríamos a esses lugares, em que as regras são rígidas e os quartos são compartilhados, não havendo nenhuma privacidade às pessoas. Apontou a necessidade de aderir a lógica da redução de danos e a falha de não ter RAPS em porto velho, de modo que a equipe de assistência social não dá seguimento nos atendimentos adequados para as pessoas com problemas psicossociais. Destacou que as pessoas que não preenchiam critérios de internação hospitalar, não tinham lugares nesses casos. Ainda, destacou sentir a necessidade de implementação de políticas estaduais e municipais. Na questão da moradia, destacou que isso já vinha sendo discutido junto a SEAS, havendo, ainda, necessidade de maior acompanhamento da Moradia Primeiro. Por fim, lembrou que a Resolução nº 40, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, considera que o papelão “comprado” pela pessoa constitui abrigo inviolável.

A quinta pessoa a se manifestar foi o senhor Francisco Gomes, da Cáritas. Destacou que, desde muito cedo, conviveu em um lar com diversos conflitos, tendo ido para o mundo da dependência química. Com isso, iniciou o drama de se recuperar desse vício, tendo passado por diversas internações em Rondônia e Mato Grosso, sem que nenhuma delas tenha sido bem sucedida. Em certo ponto, chegou a ficar na rua, onde conheceu o projeto “levanta-tes e anda”. Ali, conheceu pessoas que o apoiaram e que o informaram acerca da fazenda da esperança, onde conseguiu se recuperar na vida. Relatou ter ido para missão em Manso Limpa, onde, retornando, conheceu o projeto “é tempo de amar e servir”, onde passou mais um ano. Atualmente, se reencontrou, está trabalhando, mantendo uma vida de espiritualidade ativa, auxiliando na forma que pode ajudar outras pessoas a se recuperarem. Quis trazer o relato sobre sua superação.

A sexta pessoa a se manifestar foi o Padre Miguel. Relatou que auxilia nas pastorais sociais da arquidiocese, se colocando a serviço de todos e todas. Trouxe relato sobre passagem bíblica da multiplicação dos pães e apontou que o Papa Francisco, na fraternidade, traz citação da passagem do bom samaritano, fazendo crítica dura aos religiosos que fazem vista grossa sobre aqueles que precisam de auxílio. Destacou que os poderes públicos, religiosos e sociedade no geral não podem se acomodar diante dos problemas sociais, como as pessoas em situação de rua.

A sétima pessoa a se manifestar foi a Senhora Elisângela Anjos. Fez descrição física. Relatou que trabalha numa casa de repouso que atende pessoas imigrantes. Trouxe a

questão da dificuldade que os imigrantes sentem em conseguir acolhimento, visto que muitos não conseguem ser acolhidos e acabam ficando na rua, em situação de total vulnerabilidade. Pontuou a dificuldade que eles possuem em seguir viagem, na intenção de encontrar familiares e amigos, em conseguir serem acolhidos, havendo grande necessidade de olhar para essas pessoas.

A oitava pessoa a se manifestar foi o senhor Rafael Araújo. Perguntou para a mesa: Por que numa capital como Porto Velho não tem banheiros públicos disponíveis para as pessoas em situação de rua?

A nona pessoa a se manifestar foi o senhor Geanglecio, advogado da Assembleia Legislativa do Estado e representante do deputado presidente da Assembleia. Elogiou a iniciativa da defensoria pública, que tomou a frente de um movimento muito importante. Apontou que a situação das pessoas de rua deflagra uma situação inconstitucional. Destacou observar uma atuação muito mais forte de organizações não governamentais, do que os órgãos públicos. Se comprometeu a auxiliar na causa, através de emendas, dentre outros, estando disponível e desejando contribuir no que for possível.

A décima pessoa a se manifestar foi o senhor Dilmar Reis. Agradeceu o espaço, pois, em outros tempos, ficaria muito difícil fazer o tratamento de câncer, que ele conseguiu fazer em conjunto com o consultório de rua e o centro pop, que disponibilizaram carro para auxiliar na locomoção. Pediu mais parcerias e que prestem mais atenção às pessoas que trabalham com isso. Relatou sentir muita falta de material, financiamento, dentre outros. Ainda, informou que ele conseguiu renovar sua identidade, bem como conseguiu benefício junto à DPU, através da ação social realizada no centro pop.

A décima primeira pessoa a se manifestar foi o senhor Deivison, que falou em nome da Cáritas, no projeto "Ori Nokus". Anunciou que no dia 6 de agosto será inaugurado espaço com fraldário, banheiros masculinos e femininos, onde eles estarão atendendo diariamente todos os beneficiários. Questionou falta da participação dos poderes públicos, visto que falta fiscalização, interesse e gestão naquilo que é voltado para as pessoas em situação de rua.

A décima segunda pessoa a se manifestar foi o senhor Marcelo. Com relação às experiências positivas, questionou como isso poderá ser melhor aplicado/evidenciado através do setor público. Ainda, apontou ter a mea culpa, mas que, principalmente na questão do poder público, sente falta da presença de vereadores/representantes diretos da população. Destacou o protagonismo das pessoas em situação de rua nessa questão.

A décima terceira pessoa a se manifestar foi a senhora Isabela. Enalteceu a criação do Centro Terapêutico, mas pontuou que falta ter aceitação do serviço pelas pessoas que estão nos abrigos. Abordou a Resolução 40, considerando que, quando temos determinado espaço, seja na rua ou não, não deve haver violação dos direitos humanos naquela localidade. Assim, diante da ação policial realizada em 7 de abril de 2022, foi feita moção de repúdio pela Conferência Municipal de Saúde Mental. Apontou que a sociedade civil organizada ficará disponível para auxiliar na criação do comitê, bem como observando e cobrando as articulações que forem deliberadas neste espaço. Destacou que o poder de resolução sempre veio da sociedade civil e nunca do órgão público, de modo que o Estado é quem deveria se preocupar em trazer mais auxílio para essas pessoas. Leu a moção de repúdio da conferência municipal de saúde mental

A décima quarta pessoa a se manifestar foi a senhora Arlene, da Cáritas. Considerou que as pessoas, anteriormente, falaram de ideias. Relatou que, durante a pandemia, a Cáritas fez poucas ações, mas ações bem concretas, juntamente com as pessoas que estavam na rua. Entregaram mochilas, comidas, roupas, dentre outros, para as pessoas que precisavam. Apontou que conseguem esses insumos através de coletas com a sociedade. Assim, questionou o porquê de quando as pessoas, sejam de órgãos públicos ou da sociedade civil, dizem que precisam fazer não se juntaram aqueles que já estão fazendo.

Considerou que, ao invés de esperar o muito, que vai ser visto, seria melhor começar com o pequeno, que, um dia, se tornará muito. Mencionou que fizeram a entrega de 364 kits de higiene, ainda que isso já exista no centro pop, pois a demanda é absurdamente grande. Assim, eles auxiliam o centro pop, como parceiros.

Resposta do Tenente Coronel Wilton Nascimento às falas referentes à ação policial realizada na Rodoviária no dia 7 de abril de 2022. Relatou se sentir numa dicotomia grande, pois é uma situação de grande necessidade, mas o auditório encontra-se vazio, se assustando, inclusive, com a ausência do poder público. Sentiu falta das políticas públicas realmente efetivas. Relatou ter assumido o primeiro batalhão no início deste ano. Destacou que a ação de abril foi uma ação de estado e não uma ação de polícia, de modo que foram realizadas reuniões com órgãos públicos acerca desse assunto. Em uma ponta, tinha a questão de que aquela situação não deveria ser mexida, e, em outra ponta, havia os números de diversas questões de segurança. Com a realização da ação, observou a diminuição de furtos, lesões corporais, dentre outros. Destacou que a polícia militar é somente parte do Estado. Assim, relatou que houve um estudo, reunião com os órgãos competentes responsáveis, com o secretariado, existindo um colegiado para tomada de decisão. Considerou que a ação não resolveu o problema, mas, ao menos, tentou fazer algo para minimizar a situação. Destacou que chegou a ocorrer, inclusive, dois atropelamentos de pessoas em situação de rua. Apontou que, infelizmente, o papel da polícia, por enquanto, foi a de dispersão, por, inclusive, questões de segurança pública das pessoas em situação de rua. Considerou não ser o melhor e nem o mais adequado, mas foi o mais acessível num primeiro momento. Assim, considerou que, sempre que houver, dentro da legalidade, a necessidade de intervenção da polícia militar, isso irá ocorrer.

Diante da fala do Tenente Coronel Wilton Nascimento, o defensor Eduardo Guimarães Borges levantou reflexão, pontuando até que ponto tirar as pessoas do local irá resolver o problema, uma vez que, por vezes, isso poderia pulverizar o problema.

A décima quinta pessoa a se manifestar foi o senhor Jarbas Bandeira. Relatou ser servidor da SESAU, mas que estava falando em nome do profissional de saúde (ele mesmo) e não da instituição. Trouxe reflexão em relação a primeira apresentação do senso, quando ela traz informações importantes das 427 pessoas, tendo sido mencionado que essas pessoas, em termo de alimentação, apenas realizam 1 ou 2 refeições no máximo e, normalmente, sem a nutrição necessária. Observou que, avaliando o mínimo, as pessoas não atingem nem isso. Ainda, trouxe a questão da prevalência de doenças nas pessoas de rua, principalmente condições crônicas, que necessitam de tratamento por, no mínimo, 6 meses e através de drogas pesadas, com altos efeitos colaterais. Isso gera um problema de saúde pública, pois as drogas para o tratamento são tão fortes que o principal indicativo feito pelo pessoal da saúde é a nutrição, de modo que ninguém aguenta fazer o tratamento sem uma nutrição mínima. Então, sobretudo, no que compete à saúde, é preciso que haja uma diminuição das barreiras (dificuldade de acessibilidade e tratamento) para realização de tratamento, sendo as duas maiores a falta de alimentação adequada e moradia. Assim, dependendo da patologia, é preciso que haja, por exemplo, pessoas que vão 3 vezes na semana na casa da pessoa para que haja efetividade do tratamento. Sem vínculo de moradia, esse processo, por exemplo, já se torna falho. Apontou que a saúde depende de todos os outros direitos efetivos para que ela possa funcionar.

A décima sexta pessoa a se manifestar foi o senhor José de Lima. Agradeceu, num primeiro momento, pelo lugar que o acolheu. Disse estar afastado da família a muito tempo, por razões pessoais, e que o centro pop o acolheu. Agradeceu a todos que trabalham lá, pois são educados, e pontuou que, estando no centro pop, ele sabe onde vai almoçar e tomar café. Contudo, a janta não é garantida. Ainda, relatou que, quando tenta trabalho e diz que é pessoa em situação de rua, não é aceito nesses lugares. Também fez denúncia acerca das praças de Porto Velho, relatando que não possuem nem banheiro e nem água, o que é importante não apenas para as pessoas em situação de rua, mas todos da sociedade. Mencionou que na Aluízio Ferreira só tem banheiro químico aos finais de semana, mesmo

que a praça fique cheia todos os dias da semana. Destacou que uma das maiores dificuldades que sente é a falta de uma torneira com água.

Em razão do avançado horário, as intervenções foram encerradas.

Defensor Eduardo Guimarães Borges foi convidada para conduzir os trabalhos da mesa

Dada a palavra a Eduardo Guimarães Borges, este relatou que a ordem de sequência das falas foi propositalmente invertida, para que as autoridades falassem com propriedade acerca do que foi apresentado pelos palestrantes e através das intervenções. Agradeceu as intervenções da Cáritas e Acra, do terceiro setor, que atuam excelentemente nessa realidade, indo além de suas funções e assumindo como protagonistas o papel que deveria ser do Estado. Citou a criação, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, do Comitê previsto na Resolução nº 425, que deverá lutar para que tenha participação da sociedade civil, pois, sem a participação desses órgãos, haveria um comitê incompleto.

Dada a palavra ao Tenente Coronel Wilton Nascimento, este assumiu a responsabilidade acerca da sua fala sobre o roubo de fios, mas não fez nenhuma ligação dessa situação com as pessoas em situação de rua. Ainda, destacou que todo ajuntamento social favorece a existência do triângulo do crime (local, indivíduo e vítima). Assim, havendo ajuntamento maior e crescimento desordenado de pessoas, que é o que por vezes acontece, ele favorece a prática de delitos penais e situações de insegurança pública. Por conseguinte, é melhor, como incorporação, ser criticado por isso do que por homicídio sem intervenção da polícia. Assim, farão ações para minimizar a violência e tornar Porto Velho melhor.

Dada a palavra ao defensor público Tiago Miotto, este destacou a oportunidade e que nunca havia participado de algo assim nesses anos como defensor público federal. Observou que é perceptível a pobreza e a população em situação de rua. Aproveitou para falar acerca da DPU, observando que há maior necessidade que os órgãos públicos se encaminhem em atendimento a essas pessoas e não ficar esperando pela procura dessas pessoas pelos órgãos. Destacou que no atendimento realizado em ação social no centro pop, foram atendidos mais de 30 pedidos de benefícios sociais. Mencionou que poderia ser realizado novo mutirão, inclusive apenas pelas Defensorias Públicas. Pontuou que, normativamente, a Defensoria Pública da União é bastante preparada para atender pessoas em situação de rua, visto que o atendimento dessas pessoas é prioritário. Mas, de fato, na prática falta essa maior disponibilidade pelo órgão. Observou, inclusive, que, com a pandemia, houve uma adesão maior pelo trabalho remoto, o que, para a população em situação de rua, pode dificultar o atendimento, que é uma preocupação que as instituições jurídicas devem ter. Não se pode esquecer das vulnerabilidades dos assistidos. Considerou muito importante ouvir todos e fazer essa proximidade com a situação.

Dada a palavra à juíza Miria Nascimento de Souza, fez, inicialmente, sua autodescrição. Relatou que participou da Audiência Pública por indicação do desembargador Alaor, chefe do TJRO. Parabenzou as pessoas que se apresentaram e trouxeram dados sobre a realidade vivida em Porto Velho. Observou que, por várias pessoas, foi dito que temos um problema e de fato há um problema complexo, que precisa ser trabalhado por diversas mãos. Apontou que a resolução do CNJ passa por diversos pontos, como a situação de mulheres, mulheres com criança, apenados, sendo uma resolução complexa, na qual há previsão de que cada Tribunal de Justiça irá criar seu comitê. Mencionou que nosso tribunal é de vanguarda e que está em andamento a construção do comitê, já se encontrando o ato em ponto de avaliação, sendo da intenção de todos que o ato se concretize o quanto antes. O ato é complexo, assim como a resolução, fazendo-se necessário que sejam ouvidos e chamados diversos órgãos. Apontou que o ato já está desenhando, estando em fase de indicação de quem irá ocupar essa função dentro do tribunal e terminar a feitura do ato, quando serão feitos convites para participar do comitê. Assim, informa que a parte do Tribunal de Justiça já está sendo realizada, trabalhando para

que se concretize o mais breve possível, mas que iria retirar o pedido junto ao Tribunal. Ainda, pontuou que a Resolução trata acerca da celeridade e dispensa da burocracia nos processos e que isso está sendo desenvolvido pelo TI do TJ, para que os processos das pessoas em situação de rua possam ser julgados conforme determina o CNJ, ou seja, de maneira mais célere e menos burocrática. Agradeceu, ainda, pela fala de todos, parabenizando pela atuação de cada um dos presentes e pela realização do evento pela Defensoria Pública do Estado, na pessoa do doutor Eduardo.

Dada a palavra ao advogado Geanglecio dos Anjos, este complementou sua fala anterior, dizendo ser muito bom ouvir a fala das pessoas atingidas pelo problema debatido e das organizações não governamentais que atuam nessa frente. Pontuou que, talvez, a dificuldade de atender os interesses das pessoas em situação de rua seja, justamente, a dificuldade de ter representantes dessas pessoas, que possam melhor externar as necessidades destes. Apontou que a Assembleia Legislativa do Estado conta com a ajuda das pessoas, inclusive dos que compõem as organizações não governamentais, para contribuir com o entendimento adequado da demanda. Como representante do poder legislativo, se comprometeu em estar à disposição nas questões de emendas e determinações financeiras.

Dada a palavra à Elisangela, representante da Adra, esta pediu para fazer complementação na sua fala anterior, ressaltando quanto à passagem dos migrantes, que possuem dificuldades, sugerindo uma parceria com o exército e polícia militar no sentido de levar as pessoas aos estados.

Dada a palavra a Carlos Alberto Lopes de Oliveira, procurador do Ministério Público do Trabalho, ele primeiro agradeceu a oportunidade de sediar a Audiência Pública e fez sua autodescrição. Apontou que achou boa a ideia de colocar por último a fala das autoridades, para que estas possam ouvir mais do que falar. Mencionou que o MPT não realiza, mas executa/cobra e auxilia/incentiva as ações públicas. Fez uma crítica ao pontuar que é fácil ajuizar ação, achando que isso vai resolver, sendo que o problema é bem mais complexo. Ficou feliz de ver algumas políticas públicas de Porto Velho, mas considerou necessário apontar que há políticas faltantes. Trouxe dados referente ao estado de Rondônia, de que somente 20 municípios possuem atendimento de adolescente em situação de rua e que nenhum dos municípios tinham comitê gestor para pessoas em situação de rua. Registrou a concordância e disponibilidade do MPT com relação ao comitê previsto na resolução do CNJ e também citou alguns objetivos, como a retirada das crianças do trabalho de rua, colocando-as em programas sociais, ampliação da renda para pessoas em situação de rua (tendo em vista a dificuldade para obtenção de renda), dentre outros. Ainda, destacou que o MPT custeia determinados projetos que sejam apresentados ao órgão, havendo mais informações no site (no menu destinação), estando esse projeto com edital aberto. Incentivou a participação dos órgãos que tratam dessa temática.

Nesse momento, o senhor Raoni pediu para fazer uso da palavra. Considerou que as viaturas presentes na rodoviária retiram as pessoas do local onde elas habitam, através da destruição de papelões, barracas, dentre outros. Ainda, destacou que teme a realização de outras ações como essa de abrigo. Pontuou que, com relação ao uso de drogas, a ideia da redução de danos considera que o usuário de droga não se torna um criminoso, pois não é a droga que irá incentivá-lo a praticar crime. Isso, na realidade, se consubstancia como uma criminalização da pobreza. Assim, relatou que o vício, para essas pessoas, às vezes figura como única realidade possível.

Dada a palavra a Valdirene, ouvidora da Defensoria Pública do Estado, agradeceu e saudou as pessoas em situação de rua e os participantes das organizações. Apontou que a criminalização é um fato, mas é preciso lutar contra isso. Anotou alguns encaminhamentos apontados pelas pessoas que fizeram a fala. Destacou e saudou a proatividade do TJ, que já se organizou para implementar o comitê previsto na resolução 425 do CNJ. Considerou que a efetivação do Comitê irá ajudar muito para a efetivação das políticas públicas para população em situação de rua, criando rede de colaboradores, para mitigar essa situação,

visto que, enquanto persistir a desigualdade social, há a possibilidade de existir o aumento do número de pessoas em situação de rua, como ficou claro na pandemia. Assim, as instituições também possuem responsabilidade institucional de promover os direitos humanos, por isso e para isso que devemos primar. Parabenizou a proatividade do TJ. Manifestou indignação com a ausência de alguns órgãos estratégicos, o que fica claro para todos que não houve a priorização desse debate, mesmo ele sendo necessário no momento atual. Com relação ao atendimento online, a ouvidoria entende que esse tipo de atendimento, independente do órgão, não cabe a esses grupos que vivem em situação de extrema vulnerabilidade, porque, em geral, essas pessoas não possuem nenhum poder aquisitivo, inclusive para comer. Assim, somos nós que temos que agir de forma adequada para atendimento dessa população, sendo essa responsabilidade que devemos levar para as nossas instituições. Relatou que a Defensoria tem trabalhado para não vulnerabilizar ainda mais essas pessoas que já se encontram em uma realidade mais vulnerável. Com relação ao abrigo, é necessário fazer recorte de gênero, idade, dentre outros, e a solução que observamos como necessária é que precisa ter destaque orçamentário para uma nova estrutura. O que hoje chamamos de abrigo, na realidade, não possui nenhuma condição de vivência lá dentro, pois é escuro, fechado, velho, sem muita dignidade. É preciso que haja uma pauta com o poder público, nesse sentido de orçamento, para que haja uma estrutura adequada que garanta a dignidade humana das pessoas que vivem em situação de rua e os imigrantes, que também são um público que tem aumentado em Porto Velho. Destacou que as instituições ainda não estão sabendo trabalhar com essa população, sendo que, como viramos uma rota de migração, esse atendimento é extremamente urgente. Ainda, apontou que precisamos qualificar as estruturas que já temos, pois ainda há falhas no acompanhamento da saúde mental da população de rua e imigrantes e grande necessidade de diminuir as barreiras de saúde e de ações que implementem melhor uma atenção à saúde. Destacou a falta de fundo para moradia social. Destaca que o orçamento de Porto Velho e Rondônia foram um dos que sofreram menos impacto durante a pandemia, de forma que isso precisa ser percebido sob a ótica da diminuição do impacto a essa população, permitindo que haja acesso a uma política estruturada de moradia e combate à fome. Sem isso, essa população não consegue seguir com nenhum outro tratamento. Outra questão pontuada pela ouvidora são os instrumentos públicos, observando que, de fato, não temos sanitário públicos no município para uso de ninguém, mas que é preciso olhar para essa questão com o ponto de vista de inclusão dessa população que só tem a rua como abrigo. No plano diretor, não foi observado essa situação. É preciso garantir o mínimo, como a disponibilidade de banheiro químico. Ainda, apontou a necessidade da implementação do aluguel social, visto que o desemprego aparece como principal causa de falta moradia, ponto no qual a DPU pode auxiliar, pois quando era bolsa família, a situação de rua era pública prioritária. Com a vinda do Auxílio Brasil, essa população não é mais vista como prioritária. Ou seja, as instituições públicas, como estado, não priorizam a condição da população em situação de rua como de extrema vulnerabilidade. Nesse sentido, DPE e DPU podem trabalhar juntas. Por fim, considerou que o debate aqui apresentado é apenas o pontapé inicial para o diálogo, considerando que nenhuma instituição trabalha sozinha. É preciso que haja trabalho de rede para que exista melhor atendimento dessa população. As organizações públicas precisam estar com as ações institucionais integradas com os demais órgãos, para que a gente possa incluir efetivamente, em nosso atendimento, a população em situação de rua.

Dada a palavra ao defensor Eduardo Guimarães Borges, esse pontuou que o propósito da Audiência Pública é fortalecer essa rede de apoio entre os órgãos públicos, as organizações do terceiro setor e a sociedade civil. Esse espaço é importante para que a sociedade civil organizada, órgãos presentes, dentre outros, possam fortalecer a rede. Ainda, apontou que essa audiência é apenas a primeira dos diversos atos que podem ser organizados para fortalecimento de políticas públicas voltados para discussão da população de rua.

5. ENCAMINHAMENTO

Ao final das discussões, foram feitos os encaminhamentos abaixo elencados:

- Reiterar, junto ao Tribunal de Justiça de Rondônia, acerca da criação do comitê previsto no artigo 36 da Resolução nº 425, do CNJ;
- Envio de ofício ao Abrigo Frei Damião para questionar se houve postura razoável deste quanto ao desligamento do senhor Reginaldo;
- Enviar pedido de informações para o Abrigo Frei Damião referente ao tratamento e condições precárias de moradia, relatados pelas pessoas em situação de rua presentes na Audiência Pública;
- Pauta junto ao poder público para tratar acerca da questão orçamentária voltada para disponibilização de aluguel e moradias sociais e abrigos com melhores condições de acolhimento das pessoas vulneráveis.
- Necessidade de tratar, junto aos órgãos públicos competentes, sobre a disponibilização de banheiros químicos em pontos estratégicos, para que essa população possa ter acesso ao mínimo de higiene.

6. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo, encerrou-se a Audiência Pública Virtual às 18:40 horas. Eu, Maria Clara Rasul de Lima, assessora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Coletividade - NUDHC, digitei a presente ata.

Porto Velho, 04 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Rasul de Lima, Assessora de Defensor(a) Público(a)**, em 04/08/2022, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0079261** e o código CRC **99773D0E**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.103241.2022.

Documento SEI nº 0079261v2